

ORÍ E CABAÇA SÃO FEMININAS: MULHERES-RAÍZES E SUAS INSURGÊNCIAS NA INTELECTUALIDADE BRASILEIRA

ORÍ AND CABAÇA ARE FEMALE: ROOT WOMEN AND THEIR INSURGENCIES IN BRAZILIAN INTELLECTUALITY

Luciana de Oliveira Dias **1**
Cristiane Santos Souza **2**
Carlos Eduardo Henning **3**

Resumo: Neste artigo desenvolvemos reflexões sobre desigualdades estruturadas, posicionalidades, nichos de privilégios sociais, lugares de fala e consolidação de alianças, por meio do estudo de articulações entre marcadores sociais da diferença, à luz de um pensamento feminista negro. Para alcançar esse objetivo nos detivemos na busca por uma compreensão mais enraizada do pensamento, sobretudo de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, dentre outras mulheres negras. Buscamos mobilizar pensamentos que evidenciam teorias, práticas, intelectualidades e engajamentos políticos reveladores de um entrelaçamento indissociável de reflexividade crítica e agenciamentos antirracistas e antimachistas que se materializam na categoria de análise mulheres-raízes que aqui propomos. Um dos propósitos com esta escrita coletiva, que fora estimulada pelas contribuições epistêmicas dessas mulheres-raízes, é realizar reflexões mais acuradas sobre a multiplicidade de perspectivas negras na produção de conhecimentos antropológicos.

Palavras-chave: Intelectuais Negras Brasileiras. Mulheres-Raízes. Interseccionalidades. Pensamento Social Brasileiro.

Abstract: In this article we develop reflections on structured inequalities, positionalities, niches of social privileges, subject positions and consolidation of alliances, through the study of articulations between social markers of difference, in the light of a Brazilian black feminist thought. In order to achieve this goal, we have searched for a more ingrained understanding of Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento and Sueli Carneiro's thoughts, among other Brazilian intellectual black women. We seek to mobilize thoughts that show theories, practices, intellectual and political engagements that reveal an inseparable intertwining of critical reflexivity and anti-racist and anti-misogynistic agendas that materialize in the category of root-women (mulheres-raízes) that we propose here. One of the purposes with this collective writing, which had been stimulated by the epistemic contributions of these root-women, is to carry out more accurate reflections on the multiplicity of black perspectives in the production of anthropological knowledge.

Keywords: Brazilian Intellectual Black Women. Mulheres-Raízes (Root-Women). Intersectionality. Brazilian Social Thought.

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - **1**
UnB. Pós-Doutora em Direitos Humanos e Interculturalidades pela UnB.
Professora da UFG - Universidade Federal de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9317426815646934>. ORCID: orcid.org/0000-0002-2570-8078.
E-mail: lucianadias@ufg.br

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de **2**
Campinas - Unicamp. Professora da UNILAB - Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8814476853305554>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5380-4200>.
Email: criskasouza@unilab.edu.br

Doutor em Antropologia Social pela Unicamp. Professor de **3**
Antropologia da UFG - Universidade Federal de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1405422535034318>. ORCID: orcid.org/0000-0003-2103-2821.
Email: carloseduardohenning@ufg.br

“O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. *Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar.*” (Lélia Gonzalez, 1984, p. 225).

“Eu me sinto estranha quando percebo que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. *E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo*” (Angela Davis em discurso público em 2019)¹.

“*Com rosto ainda desconhecido, primeira escritora negra do Brasil é redescoberta após décadas de anonimato*” - este é o título de uma matéria jornalística recente² sobre a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917), tida como a primeira romancista negra do Brasil. O que se sabe é que ela publicou em 1859 o seu único romance, “Úrsula”, que tem sido apontado como um dos primeiros livros brasileiros a se posicionar taxativamente contra a escravidão no país. Maria Firmina, porém, passou mais de cem anos apagada da história como escritora negra pioneira na literatura anti-escravagista. Seu caso, portanto, é paradigmático para a questão que buscamos debater neste artigo, qual seja, a necessidade constante de conhecer, resgatar, retomar, ressignificar e reconstituir genealogias, linhagens e raízes de determinadas contribuições intelectuais, em particular, de mulheres negras no Brasil.

Escrevemos este texto mais de um século e meio após a publicação de “Úrsula”, mas o apagamento sistemático de contribuições de intelectuais negras brasileiras, infelizmente, permanece bastante atual. Além disso, redigimos este artigo também em tempos particularmente complexos, turbulentos e desafiadores em nosso país que experimenta profundas crises políticas, sociais, econômicas, sanitárias, epidemiológicas, ecológicas, éticas e morais. Essas páginas estão perpassadas por incertezas, lutos, indignação e agenciamentos de resistência frente a tantos acontecimentos recentes que permanecem produzindo imensa dor a tantas pessoas, muitas delas não muito distintas daquelas por quem Maria Firmina advogava em seu romance. Além da crise política, social e econômica que se aprofunda com a chegada (ou o retorno) ao poder de setores ultraconservadores, racistas, misóginos, elitistas, LGBTIfóbicos, neoliberais e colonialistas, o mundo e o Brasil em especial, experimentam ainda uma devastadora pandemia neste século XXI.

Esse cenário de conjunto desnuda, explícita e aprofunda antigas e conhecidas desigualdades estruturais no contexto brasileiro, fazendo que pessoas negras, pobres, indígenas, quilombolas, LGBTI+, idosas, com deficiências e com comorbidades pré-existentes, sejam atingidas com força desproporcional entre as dezenas de milhares de vítimas da pandemia da COVID-19. Experimentamos uma “necropolítica” (MBEMBE, 2018) à brasileira, na qual fazer morrer ou deixar viver constituem os limites da soberania e as suas principais características contemporâneas. A soberania, portanto, consistiria em exercer um controle sobre a mortalidade como forma de revelar e manifestar em si, o poder. Nesse quadro, o extermínio do “inimigo”, construído como tal, se torna um dos principais objetivos.

¹ Fonte: <https://midianinja.org/anaclaudino/mulheres-negras-em-movimentos/>. Acessado em 30.08.2020, às 11:15.

² Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53411587> . Acessada em 30.08.2020, às 14:13.

É justamente em um momento crítico como esse - em que vemos também um aumento nos feminicídios, a continuidade dos assassinatos racistas operados por agentes do Estado, e uma intencional negligência do atual governo federal quanto a situação das favelas, periferias, quilombos e povos indígenas - que reconhecer as raízes da potência do pensamento de intelectuais negras brasileiras se mostra imprescindível. Aceitamos o desafio de caminhar por um terreno, o da produção e articulação de saberes, que fora fertilizado por elementos sobre os quais pragas como o racismo e o machismo incidiram com força. Contudo, notamos que assim como a cabaça o faz com suas sementes, preservadas estão as raízes que fazem germinar, florescer e frutificar um pensamento que estamos chamando aqui de *mulheres-raízes* e que são reveladores de intelectualidades e criticidades formadas mais ao Sul do que se supõe a partir de campos do conhecimento instituídos e tornados hegemônicos³.

Portanto, *mulheres-raízes* é compreendida e alimentada como uma categoria de análise para alcançar parte da potência do empreendimento teórico, político e prático dessas intelectuais em prol de construir laços de solidariedade entre mulheres negras, e entre essas e outros sujeitos, mas também de denúncia e de resistência às estruturas e práticas racistas, machistas, elitistas e coloniais na sociedade brasileira que afetam desproporcionalmente sobretudo às mulheres negras no Brasil. Parte-se da ideia de uma compreensão de uma ancestralidade e de uma *dororidade* (PIEADADE, 2017) também contemporânea que exige formas de *aquilombamento* para (re)existir, resistir e sobreviver.

Neste percurso este artigo nasceu de um esforço de escrita antropológica a seis mãos a partir de distintas posicionalidades na busca pela construção de alianças quanto a importância de novas compreensões político-epistemológicas sobre a contribuição intelectual dessas e de outras *mulheres-raízes*. Mais do que nunca é necessário repensarmos e questionarmos as formas tradicionais de construção de cânones nas Ciências Sociais brasileiras e particularmente na Antropologia, que reporta-se reiteradamente à figura de “pais fundadores”. Assim sendo, este artigo foi redigido por Luciana de Oliveira Dias, antropóloga negra, lésbica, cisgênero, mãe, casada com a cearense mais amada de todo nordeste, filha de uma costureira goiana, a Dona Fia, e um pedreiro baiano, o Seu Raimundo Preto, sem referenciais de avós, mas concedora de sua ancestralidade em Oxum; por Cristiane Santos Souza, antropóloga negra, cisgênero, nascida num território negro da periferia de Salvador, filha de uma dona de casa e um operário, ambos negros, neta de migrantes negros oriundos do “interior” do Sertão das Minas Gerais e da Bahia e do Recôncavo Baiano; e por Carlos Eduardo Henning, antropólogo branco, cisgênero, gay, atualmente de classe média, filho de mãe solo professora de ensino fundamental, neto de operário de uma fábrica de papel, nascido em Jaraguá do Sul, no interior de Santa Catarina.

Nossa escrita reconhece a urgência do desmantelamento dos privilégios raciais da branquitude, dos privilégios de classe, de cisgeneridade e daqueles provenientes de práticas e concepções capacitistas. Reconhece também a importância da construção de alianças e aquilombamentos, de compromissos e sobretudo de práticas cotidianas que contribuam efetivamente para o avanço das lutas antirracistas, antimachistas, antielitistas, antiLGBTfóbicas e anticapacitistas. Esses esforços conjuntos visam, portanto, o questionamento das profundas e estruturais desigualdades histórico-culturais frutos, entre outras questões, de empreendimentos colonialistas constituintes da sociedade brasileira. Compreendemos, portanto, que o desafio para gerar espaços e reflexões de forma cruzada como este é um esforço necessário, pois pode nos possibilitar ultrapassar fronteiras simbólicas rígidas que nos separam e inviabilizam transgredir e transformar agencialmente formas de opressão e subjugação interseccionais nos diversos espaços sociais, a exemplo da universidade.

Aliás, o estudo dessas complexas desigualdades estruturadas, de acordo com Lélia Gonzalez e também outras pensadoras feministas negras, como Beatriz Nascimento (1979),

³ Colocamos em relevo que nosso empreendimento de retomada e ressignificação crítica da contribuição dessas e de outras intelectuais negras na academia e fora dela não é uma ação isolada, já que tem sido desenvolvido por diversas/os outras/os pesquisadoras/es de maneira diversa, muito rica e bem sucedida, como é o caso, entre outros/as autores/as, de Alex Ratts (2006), Flávia Rios & Alex Ratts (2010), Mario Augusto Silva (2013), Osmundo Pinho (2020), Aline Miranda (2020).

Luiza Bairros (1995), Sueli Carneiro (2005), Jurema Werneck (2010), dentre tantas outras, desafia interpretações simples, exigindo uma reflexividade profunda. Concomitantemente, evoca uma compreensão crítica de posicionalidades, nichos de privilégios sociais, lugares de fala e consolidação de alianças, além de tensionar formas de compreender a articulação, ou uma intersecção, um cruzamento, um entrelaçamento (GONZALEZ, 1982), entre categorias como raça, gênero, classe, sexualidade e geração, entre outras.

A crítica ao exame de categorias analíticas de modo apartado - como se gênero, raça e classe, por exemplo, pudessem ser compreendidas absolutamente em separado, depuradas umas das outras - foi uma das principais contribuições da inquietude, a partir da experiência, presente no pensamento de Lélia Gonzalez. Para esta pensadora negra, a constituição de desigualdades não pode ser compartimentalizada e se resumir a um debate meramente de gênero, meramente da classe ou somente sobre raça. O entrelaçamento de diferenças e de desigualdades exige reflexões sobre os excedentes que escapam à análise, como pondera Lélia Gonzalez (1984, p. 225): “ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava explicações”

Neste artigo, portanto, intencionamos contribuir para disseminar as raízes resistentes e sobreviventes do pensamento de mulheres negras ao trazer à baila algumas reflexões de autoras negras brasileiras que mobilizam esses “restos” que “desafiam explicações”. E para tanto, o objetivo deste manuscrito é apresentar e situar o pensamento de algumas intelectuais dos feminismos negros brasileiros de maneira a, entre outras questões: a) questionar concepções epistemologicamente coloniais que pressupõem, *a priori*, que o “Norte Global” seria o sítio legítimo por excelência, no qual as *verdadeiras teorizações* se dariam, enquanto o “Sul”, em termos amplos, seria o espaço da experiência e da coleta de dados etnográficos; b) subverter a ideia de que inovação, sofisticação, pioneirismo e circulação de contribuições teórico-epistemológicas se dariam sempre em uma via de mão única do “Norte” para o “Sul”, fazendo daquele o “produtor” e este o “consumidor”; c) retomar, reposicionar, ressignificar e colocar em relevo inquietações e produções intelectuais extraordinárias dessas feministas negras brasileiras; d) por em perspectiva o caráter contemporâneo - e em alguns casos, pioneiro - dessas intelectuais aos esforços, por exemplo, de feministas negras estadunidenses lidas como precursoras na reflexão e teorização articulada da complexidade de atravessamentos de identidades, diferenças, desigualdades e posições de sujeito.

A ousadia, a complexidade e a potência da crítica no pensamento dessas intelectuais foram em grande medida minimizadas, deslegitimadas, inviabilizadas ou mesmo apagadas tanto na academia, que segue dominada, em muitos casos, por perspectivas neopositivistas que consideravam tais contribuições como “mero ativismo”, quanto em movimentos feministas predominantemente brancos e movimentos negros dominados por perspectivas masculinas. Embora nos últimos anos, felizmente, tenha havido uma expansão surpreendente do interesse por feminismos negros e o conceito de interseccionalidade, a entrada de referências e configurações desses debates ainda destaca a produção de intelectuais negras da América do Norte, ignorando muitas vezes, o pioneirismo e o caráter precursor das teóricas negras, como as nossas interlocutoras neste artigo.

Esse conjunto de obras de intelectuais negras brasileiras, sobretudo se considerarmos os vultuosos desafios que temos enfrentado em defesa da igualdade de gênero, assim como nas lutas antirracistas, antielitistas, antiLGBTIfóbicas, decoloniais, necessitam de celebração, reconhecimento, visibilidade e holofotes. A seguir, portanto, interagimos com alguns conceitos, críticas e contribuições dessas intelectuais que são por nós entendidas como *mulheres-raízes*. Assim sendo, buscamos apresentar um panorama sucinto das contribuições e enraizamentos proporcionados pelo pensamento de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, dentre outras mulheres negras. Desta forma, pretendemos somarmo-nos a esforços de aquilombamentos intelectuais que possam colaborar de modo significativo para a promoção de formas de reparação epistêmica.

Sementes plantadas e frutos colhidos: inquietações e *feminismos* *amefricanos*

O giro reverso em torno da árvore da vida que propomos nesse artigo visa (re)lembrarmos, ou melhor informando, não esquecermos das complexas histórias e saberes, substratos enraizados a partir da presença e participação das populações negras na diáspora. Especialmente no que tange às mulheres negras, na construção da sociedade brasileira e na produção de conhecimentos gerados ao longo dos tempos. O substrato, ou seja, a “seiva” das intelectuais raízes às quais nos referimos aqui decorre da atuação e da reflexão delas, mulheres negras e pobres, que ao longo de suas trajetórias produziram conhecimento em diferentes ambientes. Entre eles, o espaço acadêmico, embora neste âmbito, por muito tempo, tiveram suas reflexões e produções negligenciadas e/ou silenciadas por um projeto de hegemonia epistêmico, sociocultural, racial e político. Esse projeto é o que dá corpo ao “Eu hegemônico” chamado ao debate por Sueli Carneiro (2005), que fala a partir do lugar onde foi por ele inscrita, qual seja: o “paradigma do outro”.

Não podemos seguir nessa jornada sem uma aproximação franca do que está ao nosso redor e fazer referência ao pensamento enunciado por Lélia Gonzalez (1984) “uma mulher negra e intelectual posicionada” que nos deixou como legado a afirmação da necessidade de aprofundar as reflexões sobre o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, “ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos” que eram - e ainda são - ofertados pelas investigações das Ciências Sociais, em particular pela Antropologia. Para Gonzalez era urgente reposicionar questões que geraram em seu tempo - e ainda geram contemporaneamente - inúmeras “quizumbas” na produção e transformação do pensamento sobre a sociedade brasileira e suas profundas mazelas.

Lélia Gonzalez foi pioneira e seu pensamento é *fundamento*, raiz por onde circula a seiva que nutre inúmeras formas de resistência. Ela forjou a proposição de uma *negra epistemologia*⁴ e a nomeou de *amefricanidade*. Isso, porém, como ela mesma sublinha, não garantiu durante seu tempo - e até pouco tempo, do nosso, como era de se imaginar - o reconhecimento merecido quanto a sua autoria e contribuições para os giros epistêmicos fundamentais que identificamos nos estudos de gênero e sexualidade, no pensamento feminista, no pensamento negro, bem como para os avanços sociais e políticos de combate ao racismo e ao sexismo. Mas não seria diferente, ao que nos parece, pois a *amefricanidade* não ignora a pertença racial da autoria em sua forma, e conteúdo que se propõe a repensar toda a teoria social dominada por um colonialismo epistêmico.

A experiência de múltiplas violências e diversos sofrimentos comuns às vivências de mulheres negras no país não estiveram ausentes na trajetória de Lélia. Ao transitar por diferentes ambientes sociais de poder, como bem identifica e problematiza em seus escritos, pode desvelar mecanismos de opressão que caracterizam as relações neles produzidos. Entretanto, Lélia Gonzalez e outras intelectuais negras a exemplo de Beatriz Nascimento, Neusa Sousa Santos, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro e outras tantas em seus tempos, registram a importância das suas próprias experiências para produzir suas reflexões e contribuições teóricas que sedimentaram caminhos pelos quais percorremos hoje.

Estamos (re)afirmando, como fez Angela Davis (2019) mais recentemente, o que outras intelectuais negras antes de nós o fizeram, ao revelar o estranhamento que lhe toma diante de sua escolha para representar o feminismo negro no Brasil e questiona por que a necessidade em buscar uma referência nos Estados Unidos. Angela Davis (re)posiciona o lugar, a profundidade e a importância das contribuições teóricas e políticas do pensamento de Lélia Gonzalez e nos convida a reconhecer e valorizar toda a produção que dispomos no país. E mais, adverte para uma eficaz e dolorosa armadilha do pensamento ocidental racista, no caso: a negação da humanidade dos “outros”. Uma armadilha que mina, segundo a autora, subjetividades e leva ao não reconhecimento de suas próprias potencialidades e de seu valor existencial, cultural e

4 Consultar: MIRANDA (2020). Neste texto a autora, ao apresentar um relato sobre a formação do Coletivo Zora Hurston, constituído por estudantes negras e negros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB, problematiza os efeitos das suas negras epistemologias na teoria antropológica assentadas nos trabalhos de Frantz Fanon, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez.

epistêmico. Diante desta constatação, o que a “pantera negra” está afirmando é que o pensamento feminista negro brasileiro tem muito mais a nos ensinar do que o nosso pensamento *norte-forjado* pode imaginar. A ironia deste evento aqui evocado é ter a certeza que algumas e alguns intelectuais brasileiras/os só irão destinar tempo e vistas a toda uma produção teórica e conceitual doméstica de intelectuais negras e negros se “chancelado” por alguém do norte global.

O entendimento e a necessidade de refletir sobre as relações entre diferentes grupos sociais em sua complexidade, realçando historicamente as bases das desigualdades raciais e sociais no Brasil, foram semeados proficuamente por Lélia Gonzalez. Em suas contribuições encontramos a problematização da urgência de atribuir uma abordagem singular sobre a relação entre “dominado” e “dominador” dentro da sociedade brasileira, questionando o suposto da “democracia racial”, a branquitude e a reprodução do sujeito branco nas estruturas sociais de poder.

Como revela em seus escritos, Lélia Gonzalez tem uma trajetória acadêmica e pensamento social marcados pelos aprendizados decorrentes de suas experiências culturais e na luta e militância política nos movimentos negros brasileiros. Neste aspecto, destaca a militância no Movimento Negro Unificado - MNU; e nas suas experiências enquanto membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo (GONZALEZ, 1984). Sobre o movimento negro brasileiro, Nilma Lino Gomes (2017) sistematiza e advoga a importância de ativismos e do conhecimento gestado no âmbito das lutas e dos movimentos negros no Brasil. Essa sistematização é fundamental para evidenciar o caráter educador e emancipatório que esses conhecimentos assumem no aprendizado da sociedade brasileira acerca da diversidade e importância das experiências negras para a história e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Nilma Lino Gomes também avança conceitualmente e complexifica o entendimento de movimento negro, enfatizando que:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado com Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista. (GOMES, 2017, p. 24).

Desde esta perspectiva, entendemos que o movimento negro no Brasil esteve e está articulado na luta pelo combate ao racismo, racismo este que atravessa historicamente de forma estrutural e que está, por assim dizer, intrinsecamente imbricado nos arranjos socioculturais, políticos e educacionais. Relembremos aqui que o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) opera com dispositivos institucionais, socioculturais, históricos e político-ideológicos que alocam de

maneira hierarquizada sujeitos classificados como etnicoracialmente superiores ou inferiores. É contra toda essa força monstruosa do racismo estrutural que a luta antirracista é travada, articulando múltiplas instâncias societárias.

A partir desses percursos e vivências entre diferentes espaços sociais, da reflexão e produção de conhecimentos, Lélia Gonzalez pôde perceber “as várias facetas que se constituíram em elementos muito importantes”, a exemplo do que identificou como sendo as contradições internas do “Movimento”. Além disso, problematizou também a perspectiva hegemônica socioeconômica nas análises sobre mulheres negras, que a levou a seguir em outra direção, reafirmando a dimensão particular do racismo sofrido pelas mulheres negras, articulando além do aspecto de classe, comum nas abordagens da sua época, às categorias de raça e gênero. Com isso, o pensamento raiz dessa intelectual estabelecia de forma inovadora a perspectiva de que as mulheres negras dentro de uma sociedade racista, ocupam a base da pirâmide social e que é preciso evidenciar as especificidades de suas experiências. A pensadora negra em tela assevera: “é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca” (GONZALEZ, 1984, p. 231).

As teóricas negras norte-americanas, por sua vez, vão assentar essa perspectiva no universo da academia ao afirmarem a impossibilidade de apreender e compreender a realidade social, em particular a experiência das mulheres negras, sem levar em conta os diferentes marcadores sociais da diferença, sem entrelaçá-los, sem considerar seus pontos de intersecção e constituições mútuas. O agenciamento da categoria teórica “interseccionalidade”, que enfatiza múltiplos sistemas de desigualdade e opressão, por pensadoras afro-americanas, a nosso ver, deveria ocorrer de modo a não neutralizar ou retirar o vanguardismo do pensamento/ação da antropóloga negra brasileira, criadora do conceito de *amefricanidade*. Fato é que a semente plantada por Gonzalez, nesta circunstância, germina, ganha força e se propaga no pensamento e na ação de outras intelectuais negras.

A presença intensa de Lélia Gonzalez (1988, p. 344) nos encontros e congressos de mulheres, inclusive em instâncias internacionais, como *amefricana* brasileira, contribuiu para que ela argumentasse e introduzisse a dimensão racial nas análises feministas. Nesse sentido, o convite de Lélia Gonzalez, em termos epistemológicos e políticos, passa por fazer o que ela definiu como *crioulices*, ou seja, não se comportar em conformidade a modelos convencionados socialmente pelas elites brancas intelectualizadas que ocupam espaços de poder na sociedade brasileira, como a universidade.

É necessário fazermos uma pausa e respirarmos fundo. O entendimento aqui diz respeito ao reconhecimento da existência de múltiplas e complexas formas de pensar, organizar e viver a vida. O pensamento e o projeto de sociedade ocidental moderno capitalista, por sua vez, se hegemonizou subalternizando e marginalizando outras formas humanas. Lélia Gonzalez está enunciando e fazendo o que autores/as do pensamento decolonial propoem mais intensamente tempos depois, ou seja, colocar em questão categorias, noções e o projeto sócio-político, civilizatório e colonial. Combinado a isso, a autora afirma a extrema urgência de evidenciar e produzir outras narrativas que subvertam a “consciência” e tragam para superfície a “memória”.

A linguagem é, neste sentido, uma ferramenta fundamental apontada por ela. Não de forma distraída Lélia Gonzalez apresenta em sua escrita uma linguagem fundamentada em uma forma de pensar e expressar reflexões nascida na experiência da diáspora africana no Brasil. O *pretuguês*, fértil no campo das interações entre pessoas negras, floresce abundantemente também na escrita de Lélia Gonzalez. A autora faz reverberar a importância da mobilização da linguagem em sua dimensão viva na tomada de consciência dos seus aspectos e implicações políticas, culturais e estéticas na sociedade brasileira.

Aprendemos também sobre a importância dessa dimensão da linguagem para a tomada dessa “consciência” nas contribuições de outra intelectual e *mulher-raiz*, Conceição Evaristo (2005), que estabelece um marco fundamentado por essa linhagem de mulheres negras intelectuais. É uma linguagem reveladora de um pensamento nascido de experiências intensas, de vivências das populações negras no Brasil e da necessidade e compromisso urgentes de alteração desse *status quo*:

Sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos da segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. (EVARISTO, 2005, p. 205).

Conceição Evaristo, ao propor uma narrativa da escrevivência, negrita a forma como a condição de mulher negra no Brasil é uma marca de singularidade, de especificidade, de particularidade, de alteridade, com potencialidade para mobilizar e articular plurissaberes, tão necessários no enfrentamento aos epistemicídios.

A preocupação com a linguagem, sua potência e importância para o combate ao racismo e a restituição da humanidade negada à população negra, em particular das mulheres negras - nos termos que Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo advogam - fundamenta-se em trajetórias de (re)existência e resistência particulares. Trajetórias essas identificadas e sedimentadas no debate sobre letramentos negros, letramentos de resistências⁵, que crescem e espalham-se como sopros de vento nas escritas propostas pelas gerações mais jovens de intelectuais negras e negros brasileiras.

A negra epistemologia de Lélia Gonzalez, por sua vez, aponta para a limitação imposta pelas restrições das fronteiras disciplinares e transita no pensamento diacrônico ao refletir sobre os processos sociais que caracterizaram as experiências de pessoas negras durante a escravidão, e assim, identificar as transformações e permanências nas relações sociais assimétricas no presente. Ao mesmo tempo, para repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil - para além meramente do sofrimento - abre-se espaço também para serem postas em relevo manifestações de criatividade e libertação, o que está também muito presente na abordagem de outras intelectuais negras raízes brasileiras.

Nesse sentido, outra *mulher-raiz* extraordinária, cuja trajetória e contribuições teórico-políticas nos auxiliam a pôr em perspectiva a riqueza, a criatividade e a complexidade do pensamento de intelectuais negras brasileiras, é a filósofa Sueli Carneiro. No artigo “*Gênero, raça e ascensão social*” publicado em 1995, a autora reconhece e desenvolve um olhar crítico tanto sobre as estruturas racistas e machistas de opressão, quanto sobre formas de agenciamento que podem também ser produzidas na relação entre raça, classe, gênero e sexualidade as quais tem a potencialidade de resultar na (re)produção e proliferação de desigualdades.

Em um diálogo crítico com alguns pensadores negros brasileiros, Sueli Carneiro adianta brilhantemente problemáticas relacionadas ao que foi chamado, vários anos mais tarde, de “o problema da agência” nas discussões sobre interseccionalidade. Tal problema diria respeito à ênfase na análise da opressão, invisibilização e vulnerabilização das mulheres negras, deixando de lado a potencial dimensão da agência e de formas de resistência na gestão, em si, de identidades interseccionais em relação às identidades de outros sujeitos. Sueli Carneiro analisa questões de ascensão socioeconômica entrelaçadas a gênero, masculinidades, raça, sexualidade e desejo sexual, fazendo uma crítica sofisticada a certas formas individualistas de agenciamento de marcadores sociais de diferenças que, a seu ver, denotariam uma “ferida narcísica” e mesmo uma “negação da negritude”. De acordo com Sueli Carneiro (1995, p. 550-551):

⁵ Consultar os trabalhos de MUNIZ (2016) e SOUZA (2011).

É por considerar a mulher branca apenas um instrumento neste duelo [com o homem branco], que Joel se permite coisificá-la, tratando-a como sinônimo de Monza [o carro]. Estamos diante daquilo que o poeta negro Arnaldo Xavier considera o único espaço de cumplicidade efetiva existente entre o homem negro e o homem branco: o machismo. Eles estariam de acordo e seriam cúmplices pelos menos nisso, no direito que ambos se dão de oprimir, discriminar e desumanizar as mulheres, brancas ou negras. [] Na verdade, as mulheres são usadas neste texto de Rufino como “cortina de fumaça” de uma briga de “machos” que não ousa se explicitar totalmente.

Em sua crítica potente, a autora aponta que tal ferida narcísica deixaria visível não meramente o “desejo pela mulher branca” como suposto “signo” de ascensão socioeconômica, mas algo mais profundo, uma espécie de vínculo homosocial - um desejo de/pelo poder - entre homens heterossexuais negros e brancos. Esse vínculo estaria baseado em formas compartilhadas de dominação masculina e objetificação misógina (embora diferencialmente) tanto de mulheres negras quanto brancas.

Sueli Carneiro, neste instigante artigo escrito há mais de 25 anos, apresenta não apenas uma crítica conjugada de cunho feminista, decolonial, antirracista e antielitista, como também mobiliza uma crítica semelhante - embora indo mais fundo nas discussões sobre raça - àquela que era proposta quase na mesma época por teóricas dos estudos *queer* norte-americanos⁶. Além disso, a autora apresenta uma potente crítica a certos agenciamentos de sujeitos considerando ascensão social de homens negros em termos individuais, com consequências discriminatórias para outras pessoas, sobretudo mulheres negras. Parte dos *insights* apresentados no texto de Sueli Carneiro só seriam desenvolvidos mais densamente por intelectuais negras norte-americanas dos estudos interseccionais e pelos estudos *queer* e *queer of color*, anos depois.

Anos mais tarde, no artigo “*Mulheres em Movimento*” publicado em 2003, a autora avançaria em sua crítica contundente, nesse caso, às limitações de boa parte do movimento feminista, o qual havia ignorado as pautas, necessidades e características das mulheres negras, demandando a crucialidade de “enegrecer o feminismo” no Brasil. Para Sueli Carneiro (2003, p. 120), tais reflexões se baseiam em especial: a) na crítica ao eurocentrismo clássico presente no movimento feminista; b) na universalização da noção de “mulher”; c) na ideia de que o compartilhamento da identidade de gênero não se materializa mecanicamente em formas de solidariedade racial entre mulheres.

De acordo com Sueli Carneiro, um dos elementos centrais para o questionamento desse estado de coisas eurocêntrico e universalizante no movimento feminista diz respeito ao fortalecimento de um novo ator na arena política, qual seja, o movimento feminista de mulheres negras.

Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino. [] Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de

6 Nos referimos aqui a Eve Sedgwick (2007) - uma das mais notórias intelectuais dos estudos *queer* - e seus argumentos apresentados em *A Epistemologia do Armário*. Em certos aspectos, guardadas as diferenças em termos de contextos e enquadramentos teórico-político-culturais, Sueli Carneiro poderia ser vista neste artigo de 1995 desenvolvendo argumentos inovadores que iriam além das limitações tanto dos estudos *queer* fundacionais (com a sua problematização insatisfatória de questões de raça e classe na análise de relações de gênero, sexualidade e desejo), quanto a parte dos estudos interseccionais da época na América do Norte. O texto de Carneiro é poderoso, provocador e genial ao entrelaçar uma análise de raça, gênero, classe, sexualidade e desejo, explicitando ainda o vínculo homosocial do desejo masculino de/por poder e a potencial comunhão - até certo ponto - de formas de dominação masculina entre homens brancos e negros (CARNEIRO, 1995, p. 550-51).

outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. [] [Portanto,] Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Já em sua tese, *“A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser”* defendida em 2005, Sueli Carneiro desenvolve um diálogo com Foucault e suas noções de biopoder fortalecendo a discussão sobre relações raciais nesse quadro teórico. Para tanto, ela propõe a noção de “dispositivo de racialidade/biopoder” a qual lida com o processo duplo da produção cultural da subordinação racial e pela produção do vitalismo e da morte acionados pela filiação racial. Embora a autora não discuta em sua tese centralmente com o filósofo camaronês Achille Mbembe e seu conceito de “necropolítica”, é interessante notar muitos pontos de confluência nos pensamentos de ambos os autores, sobretudo no esgarçamento e na ampliação crítica das noções foucaultianas de biopoder e biopolítica para o contemporâneo.

Mais recentemente, inclusive, a autora tem debatido em publicações e em fóruns públicos as possibilidades de alianças políticas entre pessoas negras e brancas na luta antirracista e por equidade racial. Definindo-se como seguidora do filósofo jamaicano Charles W. Mills, autor de *The Racial Contract* (1997), Carneiro dialoga com o autor de modo a refletir sobre a produção e estabelecimento de mecanismos que estipulam o status social de brancos e não-brancos na ordem de relações imperialistas e coloniais. Em uma fala pública recente sobre os significados da branquitude, Carneiro aponta que a própria definição de quem é branco e quem não o é, seria estipulada por esse “contrato racial” de maneira a garantir a legitimação, reprodução e perpetuação de formas de supremacia branca. A branquitude, de acordo com a autora, se constituiria

em um sistema político não nomeado, que assegura a supremacia branca. Esse sistema opera como uma fábrica de reprodução de replicantes: dominadores e dominados. Tal sistema instaura a vivência da branquitude como um sistema que opera como um clube privê. As pessoas brancas são, todas elas, beneficiadas por esse sistema, por essa máquina de reprodução de desigualdades e por essa máquina também de reprodução de privilégios. Pessoas brancas são todas beneficiárias desse sistema de privilégios produzido pela exclusão do outro e isso acontece a despeito da sua vontade. [] Embora todas as pessoas brancas sejam beneficiárias desse sistema, nem todas são necessariamente signatárias desse

contrato racial. E é aí que reside a possibilidade de diálogo, negociação, parcerias, possibilidade de consensos, decorrentes desse reconhecimento de que nem todas as pessoas brancas seriam signatárias desse contrato ou se sentem confortáveis dentro desse sistema injusto. Esse contrato [] faz com que todas as dimensões do bem viver estejam apropriadas pelas pessoas brancas, enquanto toda dimensão de indignidade humana está desproporcionalmente habitada por pessoas negras. Branquitude é isso para mim, no Brasil e no mundo. (CARNEIRO, 2020)⁷.

Na defesa do desmonte dos privilégios estruturais da branquitude no Brasil, Sueli Carneiro aponta - no mesmo evento acima citado - que essa enorme tarefa política necessita de uma forte agenda conjugada de lutas antirracistas que mobilize também a pessoas brancas antirracistas. Pessoas brancas as quais, segundo ela, seriam todas beneficiárias desse sistema desigual, embora não seriam todas necessariamente signatárias do referido “contrato racial”. Para a autora a luta urgente que demanda apoios abrangentes é pela desconstrução de estereótipos, estigmas, teorias e práticas sociais racistas, eurocêntricas e signatárias de formas de supremacia branca, os quais legitimam reiteradamente o acesso a direitos, cidadania, bens materiais e simbólicos a alguns enquanto permanecem impedindo ou dificultando esse mesmo acesso a tantas outras pessoas, sobretudo negras, geração após geração.

Não podíamos continuar as reflexões propostas neste texto sem negritar as contribuições intelectuais de Luiza Bairros, como *mulher-raiz*, para o pensamento social brasileiro. Sua trajetória é fundamental e inspiradora para o crescimento e consolidação dos movimentos sociais negros, especialmente de mulheres negras e para o pensamento feminista em termos mais amplos. Uma mulher negra sempre em movimento, Luiza Bairros saiu do Rio Grande do Sul “ onde nasceu num bairro negro conhecido como Colônia Africana” para morar na velha cidade da Bahia, Salvador. Como contextualiza Osmundo Pinho (2020, p. 99): “na Bahia, ela se consolidou como uma das principais lideranças do movimento negro brasileiro, junto a outros homens e mulheres, muitos destes ainda em atividade, o que pavimentou sua atuação pública”. Foi naquela cidade negra que desenhou as linhas que a conduziram em suas investigações e produções teóricas na Sociologia.

Com serenidade, precisão, brilhantismo e rigor investigativo, a socióloga posicionava-se na condução de uma agenda política de um projeto coletivo específico. Projeto ao qual se agregou, construiu e alimentou cotidianamente e que almejava o resgate da humanidade e, por seguinte, da dignidade da população negra.⁸ Sua relevância para os movimentos políticos negros e de mulheres negras no Brasil é frequentemente lembrada, referenciada e referendada. Entretanto, nos espaços acadêmicos, por outro lado, pouco se remete aos seus escritos, como bem expõe Winne Bueno (2019, p. 4)⁹:

A forma com que Luiza se colocou enquanto uma figura política do movimento de mulheres negras me marcou profundamente. A trajetória e o ativismo intelectual de Luiza Bairros me é bastante caro e eu considero que são narrativas como a dela que permitem que *mulheres como eu*,

7 Extrato da fala de Sueli Carneiro na mesa “Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial”. Essa mesa foi integrante do Encontro Branquitudes: Racismo e Antirracismo, organizado pelo Instituto Ibirapitanga entre os dias 26 a 28.10.2020. Acesso a gravação da mesa no YouTube via: link. No referido vídeo do Youtube os trechos aqui citados podem ser encontrados entre os minutos 13:40 e 16:40.

8 A intelectual e feminista negra Matilde Ribeiro (ex-ministra da Promoção da Igualdade Racial), assim como Luiza Bairros e outras intelectuais negras no contexto do pensamento social brasileiro, sofreu com o desprezo acadêmico sobre sua produção intelectual, particularmente no campo dos estudos feministas e das políticas públicas, durante muito tempo.

9 Sobre a importância da trajetória intelectual e política de Luiza Bairros na problematização e renovação dos movimentos e lutas negras no Brasil destacamos os trabalhos de Osmundo Pinho (2020) e Ana Flávia Magalhães e Felipe França (2019).

negras, retintas, deslocadas da centralidade do eixo Rio-São Paulo, possam resistir em espaços institucionais marcados pelas dinâmicas do sistema de dominação que se sustenta ideologicamente em imagens de controle que são articuladas para naturalizar e justificar o complexo de violências e restrições de direitos que historicamente visam manter as mulheres negras em um status de subordinação.

Inspiração teórica e de luta para permanecer e resistir às imagens de controle desse sistema complexo de violências e restrições de direitos também constitutivos do mundo acadêmico, Luiza Bairros afirmou pautas e temas de estudos, perspectivas teóricas e metodológicas que faziam/fazem todo sentido ao projeto mais amplo da luta contra o racismo e sexismo na sociedade brasileira.

Luiza Bairros não se furtou em (re)conhecer e usar o que a academia brasileira podia lhe ofertar, entretanto sempre fundamentada na autonomia intelectual, crítica e engajada. Ela reconhecia a importância e necessidade da ocupação do espaço acadêmico e dos estudos e pesquisas para a produção teórica como ferramentas de subversão de ideologias e dogmas que garantem lugares sociais de poder, controle e manutenção dos privilégios da branquitude. Para essa intelectual negra o racismo é mais que um fenômeno ideológico, é uma construção histórica que vem influenciando as sutilezas das práticas cotidianas, assim como entendemos e somos entendidos, como a riqueza e o poder são distribuídos tanto no interior das sociedades como entre as nações.

Com essa perspectiva, empreendeu seus estudos sobre raça e gênero e as conexões com o racismo no “mundo do trabalho” a partir das dinâmicas investigadas no contexto baiano e revelou aspectos importantes que caracterizam as desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho na Salvador dos anos 1980. Tratava-se de constatar que a reprodução do capitalismo no Brasil exigia e repunha o preconceito racial. Nesse aspecto, ao demonstrar que o racismo estava (e ainda está) incorporado no modo particular de reprodução das classes sociais e das sociabilidades, desvela que a “modernização” não alterou o lugar do negro na sociedade brasileira. Dessa maneira, Luiza Bairros dá passos adiante sobre a inclusão do negro na sociedade capitalista - e particularmente sobre as clivagens de desigualdade vivenciadas por mulheres negras - ancorando seu olhar em formulações do entrecruzamento de relações sociais de base material e concreta, que operam na ordem da (re)produção das classes sociais e do capitalismo racializado (PINHO, 2000, p. 101).

Neste percurso em que articula estudos e lutas políticas, Luiza Bairros foi sedimentando suas contribuições ao feminismo, em particular aos feminismos negros. Em *Nossos Feminismos Revisitados* (1995), registro de um caminho trilhado substancialmente nos debates de gênero e do feminismo, expõe como as tentativas de universalização das experiências de mulheres - sobretudo no que diz respeito à sexualidade e à maternidade - acabaram por mobilizar uma aceitação acrítica a respeito dos sistemas de dominação de raça, gênero, classe e sexualidade.

Algo a se ressaltar é a vivência de Luiza Bairros ao longo de seu doutorado nos Estados Unidos, na qual se defrontou com contrastes e comunalidades na situação dos negros nas Américas. A partir dessa estadia, a autora amplia suas reflexões e discorre sobre experiências efetivamente transatlânticas, que embora específicas, distintas e particulares em cada contexto, também implicam em questões compartilhadas a exemplo da desumanização, a subalternização e o acesso restrito ao mercado de trabalho. A autora destaca então como as teorias do ponto de vista, as quais estão imbricadas na interseccionalidade enquanto campo de conhecimento, foram fundamentais para que pudéssemos compreender como raça, gênero, classe, sexualidade se reconfiguram mutuamente.

Ao retomarmos a questão dos limites, tensões e supostas impossibilidades de diálogos entre campos disciplinares acadêmicos, bem como entre diferentes universos sociais de produção de saberes e a preocupação com a história e suas narrativas, somamos a essa sementeira,

a historiadora negra Beatriz Nascimento¹⁰. A autora contribui com reflexões sobre a dinâmica transatlântica e o quilombo como unidade política e social que possibilita compreender e forjar estratégias de subversão dos modelos ocidentais. Trajetória acadêmica comum da linhagem de mulheres negras aqui citadas, Beatriz Nascimento não foi considerada por seus pares uma autora relevante para o pensamento social brasileiro, e particularmente para a historiografia nacional. Isso acabou por promover a invisibilidade e o afastamento da sua obra e, por extensão, da população negra na narrativa histórica, em termos mais amplos.

Alex Ratts (2006, p. 30) auxilia a problematizar esse processo de negação do pensamento dessas intelectuais de maneira ousada, sensível e provocativa. De acordo com este geógrafo e antropólogo, os intelectuais brancos, encastelados em sua branquitude, acabam por construir redes profissionais fechadas e cindidas racialmente, criando mecanismos e formas de legitimar suas redes acadêmicas, citando-se mutuamente em suas produções e validando não apenas seus trabalhos, mas também a si mesmos. Essa estrutura de manutenção de privilégios acaba por caracterizar e perfazer o esquecimento e apagamento de intelectuais negras/os das referências reconhecidas e legitimadas, ainda mais quando associada a recusa e/ou refutação de suas produções, prática também comum dessas redes.

Problematizando os processos de produção e circulação do conhecimento e do estabelecimento de cânones, Beatriz Nascimento respondeu à rejeição sofrida entre seus “pares” no ambiente acadêmico com crítica feroz. Em suas palavras: “a origem a essa rejeição também repousa numa negação ao pensamento racionalista ocidental [...], mesmo que me fascine, [...] por esse pensamento, rejeito-o como sendo o princípio de colonização” (NASCIMENTO, 2018, p. 416). Essa *intelectual-raíz* tece suas críticas ao mesmo tempo em que se dedica a estudar cuidadosamente os quilombos como instituições que se convertem em símbolos de resistência, em um processo de profunda redefinição conceitual. A historiadora e poeta sergipana nos conta que

É no final do século XIX que o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão. Sua mística vai alimentar o sonho de liberdade de milhares de escravos das plantações em São Paulo, mais das vezes através da retórica abolicionista. (NASCIMENTO, 1985, p.46).

E assim, florescendo como uma semeadora resiliente, Beatriz Nascimento colabora para a afirmação de raízes resistentes fundadas no quilombo como instituição, símbolo de resistência e também como prática política que faz brotar a emancipação capaz de corrigir distorções racistas que estruturam a sociedade brasileira. O quilombo, além de promover a “autoafirmação étnica e nacional” (NASCIMENTO, 1985, p.48), provoca fissuras e desestabiliza estruturas hegemônicas de dominação fazendo germinar a esperança de uma sociedade antirracista.

Territórios Fértis para Novas Semeaduras: considerações no fluxo das águas

TRANSGRESSÃO

E o país urgentemente

Apagou da mente

A verdade que passou

Mas não é passado é presente

Pra que repetição?

É necessário que abafes

¹⁰ Beatriz Nascimento junto com outras mulheres negras e ativistas do movimento negro, formaram diversos núcleos de estudos, dentre eles, o Grupo de Trabalho André Rebouças (RATTS, 2006, p. 27).

O ruído das sirenes
Que perturbam o ambiente
Dividindo os homens
Entre bons e maus
Entre nós e eles
Entre vivos e mortos”

Beatriz Nascimento, 01.09.1987.

O percurso feito até aqui passa pelo reconhecimento do legado, da atualidade e da potência do pensamento de *mulheres-raízes* na articulação de saberes de intelectuais negras. Esse percurso nos permitiu acessar as raízes de um pensamento feminista negro brasileiro situado e constituído a partir do conhecimento produzido nas lutas e nos compromissos sociais e políticos. Esse caminho se dá, portanto, na encruzilhada com o conhecimento produzido no âmbito da formação acadêmica.

Uma característica particular do conjunto do pensamento dessas intelectuais diz respeito justamente a reafirmação da importância e da necessidade dessa encruzilhada entre múltiplos espaços de criação e de enunciação. Percebemos essa faceta como um vigor característico que potencializa o questionamento de um modelo hegemônico de conceber e fazer ciência. Esse caráter subversivo coloca em xeque as bases de epistemologias eurocentrais e tem, em si, um potencial insurgente e desestabilizador.

Retomar parte das trajetórias destas *mulheres-raízes* é fundamental para negritar o território dos tensionamentos históricos entre pensamento acadêmico e militante. Todas as autoras, com suas singularidades em termos de formas de (re)existência, apontam para a necessidade de pensar e atuar de forma compartilhada, articulada, interseccionada (se preferirmos), em uma miragem da encruzilhada como lugar filosófico, político e epistêmico. Ou seja, apontam para a infertilidade da separação abrupta entre estes e outros espaços de produção de conhecimento, de agenciamentos e de ser/estar no mundo. Essas intelectuais produzem suas obras a partir de uma sensibilidade extraordinária a qual se constitui no atravessamento de compromissos sociais e políticos que estão na base da reivindicação do nosso/seu lugar como produtoras de conhecimento.

Com esse texto nos colocamos juntos/as àquelas/es antropólogas/os que mobilizam o privilégio de acessar, dispor e se afiliar ao legado dessas intelectuais. Cujas obras e contribuições apontam para a necessidade urgente de desmontar o paradigma eurocêntrico da branquitude e do patriarcado ainda presentes na antropologia e além. Esse paradigma mantém o terreno infértil, a despeito de importantes contribuições das ciências sociais, dos estudos culturais, decoloniais, subalternos, feministas e da própria antropologia.

Como já sabemos a essa altura, a tarefa implica diferentes desafios. Dentre os quais, ressaltamos a necessidade do acesso às produções dessas e de outras intelectuais negras/os e indígenas nos espaços institucionalizados de formação acadêmica, possibilitando o efetivo diálogo e à própria legitimação do conteúdo produzido. Isso poderia se dar de múltiplas formas como, por exemplo, incluindo autoras e autores negras/os nas ementas das disciplinas ministradas dentro dos cursos das Humanidades, das Ciências Sociais e em particular na Antropologia, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Da mesma forma, continua urgente a necessidade de desestabilizar a suposta neutralidade ou inocuidade da cor ou do pertencimento racial, de gênero, de classe, de sexualidade e de geração nas interações durante uma pesquisa. O mesmo pode ser dito quanto a necessidade de levantar questões a respeito de como os múltiplos sujeitos sociais, em sua complexidade, compõem, de diferentes formas, os caminhos possíveis e impossíveis de se realizar um trabalho empírico em distintos contextos. A despeito de parecer um debate já vencido na antropologia, estamos na verdade ainda distantes de trilhar um caminho consequente que subverta ou reposicione dicotomias clássicas nesse campo, sobretudo o pressuposto da assimetria

e da desigualdade no debate, por exemplo, sobre formas de conceber alteridade.

Por fim, mas não menos importante, consideramos fundamental refletir sobre a pluralidade de perspectivas negras na produção de conhecimento antropológico e adensar reflexões a respeito de como trajetórias negras afirmativas compõem distintos e criativos matizes de produção intelectual em prol de *negras epistemologias* (MIRANDA, 2019). As contribuições epistêmicas dessas *mulheres-raízes* fertilizam nossas reflexões e têm/podem ter efeitos profundos na forma como a antropologia foi, é, e poderia ser constituída em termos do seu potencial imaginativo.

Entre outras questões, tais autoras se recusam a serem descritas como o “Outro” (negando-se a se configurar como mero objeto de descrição de uma ciência cuja herança, ainda hoje, é colonial e racista), problematizam de formas sofisticadas e pioneiras as múltiplas diferenças sociais intersectadas e proporcionam uma ampliação do campo de possibilidades e agenciamentos para inúmeros sujeitos, questões que, sem dúvida, são um legado fundamental para as gerações que as sucederam.

Mais uma vez, o que estamos reafirmando nestas últimas linhas é que essas intelectuais deixaram com suas contribuições legados teóricos e epistêmicos cruciais para se entenderem e darem sentido ao mundo de formas enraizadas em experiências. Escrever a partir deste *corpo-território negro* que foram/são suas/nossas próprias existências e experiências é existir, é disputar constante e incansavelmente o *status* e a restituição da humanidade, como nos apontava, por exemplo, Frantz Fanon (2008). Entre outros efeitos, retomar as contribuições dessas autoras coloca em questão também a narrativa dos “pais fundadores” nas ciências sociais, e na antropologia brasileira em particular.

Fomentar alianças e aquilombamentos pode contribuir para pôr em relevo o legado dessas *mulheres-raízes*, noção que mobiliza e compartilha a potência teórica, política e prática dessas intelectuais. Com essa noção reafirmamos a importância da construção de laços de apoio mútuo entre mulheres negras e outros atores sociais no enfrentamento às estruturas e práticas desiguais que sobretudo as afetam no Brasil. Como aponta Jurema Werneck (2010): “nossos passos vêm de longe”; nesse percurso, povoado por narrativas e memórias densas, significativas e dissidentes, muitas sementes foram plantadas, germinaram e continuam(rão) a ser plantadas.

Os frutos daí gerados não nos permitem calar frente ao revoltante silenciamento e apagamento sistemático das mulheres negras na complexidade de sua humanidade - e em particular de suas contribuições intelectuais - a exemplo do que foi feito com a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, citada no início de nosso artigo. O mesmo ocorreu com tantas outras intelectuais negras do passado e do presente cujas raízes produziram frutos e sementes que germinaram, mas que precisam ser alimentadas para evitar a tendência recorrente de reinvenção da roda e esquecimentos reiterados.

Terminamos nosso texto mobilizando política e discursivamente a energia vital do fluxo existencial - Orí - de modo a nos conduzir no mundo e a produzir múltiplos agenciamentos, dentro e fora do espaço acadêmico, para dissolver, destruir, desmontar hierarquias e desigualdades variadas. E seguimos com a Cabaça semeando conjuntamente a tantas outras pessoas, em alianças e aquilombamentos, na luta por uma sociedade mais justa e equânime.

Referências

ALMEIDA, Sívio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: _____; CARONE, Iray (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BUENO. Winnie. Repensando a Interseccionalidade. **GELEDÉS**, 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/>. Acessado em 31 de

agosto de 2020.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas** (Dossiê Mulheres Negras). Rio de Janeiro, IFC/UFRJ, 3(2), 458. 1995.

BAIROS, Luiza. **A mulher negra e o feminismo**. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs). O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. 2ª ed. Salvador, NEIM / UFBA, 2008, pp. 139-45. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acessado em 05 de novembro de 2020.

BAIROS, Luiza. "Orfeu e poder: uma perspectiva afroamericana sobre a política racial no Brasil". **Afro-Ásia**, n.17. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 1996. pp. 173-186. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20863/13463>. Acessado em 31 de agosto de 2020.

BAIROS, Luiza. "Lembrando Lélia Gonzaléz". **Afro-Ásia**, n.23. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000. Pp. 347-368. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591>. Acessado em 31 de agosto de 2020.

Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. 2020. "Perfis Femininos " Luiza Bairos". **Biblioteca Virtual Consuelo Pondé**, Governo da Bahia. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=262>. Acessado 31 de agosto de 2020).

BORGES, Pedro. 2017. "Luiza Bairos, uma referência que fica". **Alma Preta**, 25 julho 2017. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/luiza-bairros-uma-referencia-que-fica>. Acessado em: 15 de novembro de 2020.

GELEDÉS. 2016. "Lembrando Luiza Bairos - 12 de Julho de 2016". **GELEDÉS**, 12 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lembrando-luiza-bairros-12-de-julho-de-2016/>. Acessado em: 15 de novembro de 2020.

CARDOSO, Claudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, 22, (3), 965–986. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 2005. 274f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

CARNEIRO, Sueli. 2003. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** 17 (49), pp.: 117-132.

CARNEIRO, Sueli. 1995. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**. Ano 3, pp.: 544-552.

EVARISTO, Conceição. Escrivência. **Anais do VII Seminário Internacional Mulheres e Literatura**. UCSAL, 2017.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: "minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. **Jornal Nexo**, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acessado em: 15 de novembro de 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. **Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora**.

João Pessoa: Ideia, 2005.

_____. Da grafia desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 16-21.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. "O Golpe de 64: o novo modelo econômico e a população negra". GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130746/mod_resource/content/1/Gonzalezhasenbalg%281982%29Lugar-de-negro.pdf. Acessado em 03 novembro de 2020.

GONZALEZ, Lélia. As amefricanas do Brasil e a sua militância. **Jornal Maioria Falante**. Rio de Janeiro: IPCN, maio/junho de 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (Uma abordagem político-econômica). In: MADEL, Luz. (org.). **O lugar da Mulher. Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIRANDA, Aline. **Seguindo a herança dos meus ancestrais: negras epistemologias e a descolonização do pensamento**. 1v. 15 n. 1 (2020): Volume 15, Número 1, Ano de 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/29459/25177>. Acessado em 31 de agosto de 2020.

MUNIZ, K. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica": performatividade, política e identificação racial no Brasil. **D.E.L.T.A. Documentação e Estudos em Linguística aplicada**. Unicamp. v. 32.3 (2016) p. 767-786.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 93 - 100.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**. N. 6-7, pp. 41- 49. 1985.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O Quilombo do Jabaquara. **Revista de Cultura Vozes**, v. 73, n. 3, abr., 1979.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**. v.1, n.1, 2010, pp. 08-17.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. Rio de Janeiro: Editora Nos, 2017.

PINTO, A. F. M.; FREITAS, F. S. Luiza Bairros, uma 'bem lembrada' entre nós (1953-2016). **Afro-Asia**, v. 55, p. 215-256, 2017.

PINHO, Osmundo. Luiza Bairros: Um legado sociológico e uma inspiração intelectual. **LASA FORUM**, v. 51, p. 1-102, 2020.

_____. A antropologia no espelho da raça. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, p. 99-118, 2019.

RATTS, Alex. **Eu Sou Atlântica. Sobre a trajetória de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RATTS, Alex; GOMES, Bethania. **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson N. **Atrás do Muro da Noite. Dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, 1994, p.163.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. 01. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2013. v. 01. 688p

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência - poesia, grafite, música, dança: hip-hop**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOUZA, A. L. S; MUNIZ, K.; JOSINA, I. S. Letramento de reexistência - um conceito em movimentos negros. **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, janeiro de 2018, p.01-11.

Recebido em 6 de outubro de 2020.

Aceito em 15 de outubro de 2020.